

PSICOLOGIA E CAMPO DAS DEFICIÊNCIAS

CAROLINE DE OLIVEIRA PRADEL BOND¹;
RITA DE CÁSSIA MOREM CÓSSIO RODRIGUEZ²

¹ Universidade Federal de Pelotas – carolpradel44@gmail.com

² Universidade Federal de Pelotas - rita.cossio@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

A psicologia é a “ciência que se dedica aos processos mentais ou comportamentais do ser humano e de suas implicações em certo ambiente” (AURÉLIO). É um campo de estudo com diversas possibilidades de atuação e, entre elas, a área da Educação. Nessa área o psicólogo pode auxiliar no planejamento do ambiente de forma que favoreça a aprendizagem, na criação e avaliação do plano de ensino, lidar com alunos deficientes e elaborar planos de estudo (CBO, 2010 apud AUSEC et al, 2011).

Segundo artigo 1º da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (2007), “pessoas com deficiência são aquelas que têm impedimentos de longo prazo de natureza física, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas”.

O recorte deste resumo pretende trabalhar as possibilidades de atuação da Psicologia no campo da Inclusão de pessoas com Deficiência no Ensino Superior, à medida que esse assunto é de extrema importância para a funcionalidade do acolhimento e acompanhamento de pessoas com necessidades especiais. (MACÊDO; TORRES, 2017).

O acolhimento acadêmico dos deficientes nem sempre foi um assunto em pauta, principalmente dentro das Universidades, atualmente, a situação criou mais visibilidade diante de políticas públicas cada vez mais abertas para essa população garantindo-lhes direitos básicos e dando-lhes espaços onde assumem sua cidadania (SILVEIRA; ZACHARIAS, 2011; TOMELIN, 2018). De acordo com TOMELIN et al. (2018):

Esse novo panorama exige das instituições o desenvolvimento de políticas de apoio e acompanhamento com ações que vão além da disponibilidade de vaga. Somado a isto, os requisitos legais de avaliação e reconhecimento de cursos também exigem as evidências de práticas inclusivas no ambiente universitário.

A Universidade Federal de Pelotas por meio do projeto “incluir” do Ministério da Saúde atua: “promovendo políticas e ações que efetivem a inclusão no Ensino Superior, através da busca conceitual, política e prática pelo acesso, permanência e qualidade em todos os níveis, espaços e cotidianos da Universidade.” O Núcleo de Acessibilidade e Inclusão (NAI), inaugurado em 15 de agosto de 2018, representa à possibilidade de inclusão qualificada de todos na Universidade não só de forma física, mas principalmente como potencializadoras de emancipação, autonomia e pertencimento. Através do Programa de Tutorias Acadêmicas Entre Pares o NAI propicia esse processo de desenvolvimento do ensino aprendizagem por meio da mediação entre alunos promovendo as potencialidades daqueles que possuem necessidades especiais (UFPEL).

O interesse por essa área acadêmica me proporcionou trabalhar como bolsista do NAI no ano de 2019. Esse campo de atuação me encanta desde

criança, pois convivo em casa com uma irmã deficiente e a auxiliava em suas atividades sempre que necessário.

Já na área de Psicologia, o curso de graduação através da Resolução nº 5, de 15 de Março de 2011, institui diretrizes, princípios e ferramentas nacionais estabelecidas pelo Conselho Nacional de Educação juntamente com o Ministério de Educação e a Câmara de Ensino Superior no que diz respeito aos conhecimentos científicos e práticos relacionados à formação necessária como base para se tornar um profissional de Psicologia. A mesma determina normas para o projeto pedagógico complementar a fim da formação dos docentes de Psicologia (BRASIL, 2011 apud MACÊDO; TORRES, 2017)..

Na leitura das diretrizes contida na Resolução observou-se que em seu artigo 3º no terceiro item há uma assertiva a qual se pode estabelecer relação com a acessibilidade e inclusão de pessoas com deficiência: “reconhecimento da diversidade de perspectivas necessárias para compreensão do ser humano e incentivo à interlocução com campos de conhecimento que permitam a apreensão da complexidade e multideterminação do fenômeno psicológico” (BRASIL, 2011 apud MACÊDO; TORRES, 2017).

O Profissional do Psicólogo também trabalha de acordo com o Código de Ética, fornecido pelo Conselho Federal de Psicologia (CFP), visando estabelecer padrões de conduta de forma a assegurar, dentro de valores relevantes para sociedade e para prática desenvolvida, o fortalecimento do reconhecimento social da categoria. Por meio desse, formula alguns princípios fundamentais da profissão relevantes para o assunto estudado (CFP, 2005):

I – O psicólogo baseará o seu trabalho no respeito e na promoção da liberdade, da dignidade, da igualdade e da integridade do ser humano, apoiado nos valores que embasam a Declaração Universal dos Direitos Humanos.

II – O psicólogo trabalhará visando promover a saúde e a qualidade de vida das pessoas e das coletividades e contribuirá para a eliminação de quaisquer formas de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

III – O psicólogo atuará com responsabilidade social, analisando crítica e historicamente a realidade política, econômica, social e cultural.

Porém, verifica-se que não há diretamente um referencial que direcione ou estimule a formação e atuação de psicólogos voltados à inclusão de pessoas com deficiências nas clínicas de psicologia (MACÊDO; TORRES, 2017).

No campo da psicologia educacional o profissional atua no modelo clínico com a pesquisa, diagnóstico e intervenção psicopedagógica; no estudo dos educadores e do educando em relação ao sistema educacional (avaliação institucional); no planejamento e execução de pesquisas relacionadas à compreensão do processo de ensino e aprendizagem; na análise das características do indivíduo portador de necessidades educativas especiais (NEE) (AUSEC et al, 2011).

Historicamente o psicólogo que atua na área educacional trabalha no modelo normativo do indivíduo no qual o foco é centrado no aluno “com problemas” de forma clínica e individual. Essa visão médicopsicológico, apesar de ainda predominante, está perdendo forças para um enfoque social e institucional e suas problemáticas como um todo (AUSEC et al, 2011).

A melhor forma de atuação do psicólogo em uma instituição de ensino é o profissional assuma o papel de agente de mudança dentro da mesma, isso é, atuar sobre as relações que se estabelecem nesse contexto auxiliando os docentes, coordenação, direção a melhor forma a ser adotada dentro e fora da

sala de aula para favorecer a aprendizagem dos alunos especiais (AUSEC et al, 2011).

A Psicologia Histórico-Cultural contribui de forma significativa para a educação de pessoas com deficiência, pois entende que o ensino-aprendizagem se dá através de várias relações produtoras de mediações, em que o aluno interage com outras pessoas do ambiente acadêmico e também no ambiente familiar, avaliando as dificuldades de aprendizagem do aluno e suas potencialidades a fim de compensar ou até supercompensar a sua deficiência (AUSEC et al, 2011; SIERRA, et al, 2011).

2. METODOLOGIA

O resumo foi realizado através de revisão bibliográfica, analisada como estado do conhecimento. As buscas foram realizadas através da base de dados do Google, Google Acadêmico, do Scielo do Pepsic e da Revista: Psicologia, Ciência e Profissão. Foram selecionados textos publicados entre 2010 e 2019 em língua portuguesa.

Optou-se por utilizar termos específicos nas bases de dados para encontrar referências válidas, como “psicologia inclusiva no ensino superior”, “psicólogos no campo das deficientes”, “psicologia e deficiência”, “ensino aprendizagem Vygotsky e deficiência”, “educação inclusiva de adultos”, “formação do psicólogo na educação especial”. Foram utilizadas sete escritas e o critério de exclusão foi o foco da psicologia na educação inclusiva.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Percebe-se durante todo o processo de levantamento dos dados propostos por esta pesquisa, a falta de referenciais bibliográficos a respeito da atuação do Psicólogo para com deficientes no Ensino Superior. Observou-se que a formação dos profissionais de Psicologia em específico, tem estado bem distante de uma intervenção firmada no conceito e na promoção de inclusão e acessibilidade na construção dos seus campos e contextos de atuação psicoterapêutica em suas clínicas de Psicologia (ALMIRALIAN, BECKER, KÓVACKS, 1991 apud MACÊDO; TORRES, 2011).

Também se constatou falta de conteúdo a respeito da Psicologia Histórico-Cultural dentro do contexto Universitário, tendo um foco predominante a deficiência dentro do contexto escolar. Apesar disso, o conhecimento desse contexto se expande para o meio acadêmico, já que dentro do NAI trabalhamos como mediadores do processo de aprendizagem dos alunos. Além disso, os docentes trabalham com as potencialidades desses alunos, como forma de facilitar o processo de ensino aprendizagem.

4. CONCLUSÕES

A inclusão dentro das Universidades é uma força transformadora para uma sociedade mais inclusiva, como aprendizado do respeito e da tolerância às diferenças. E a Psicologia vem para potencializar essa ação, dos direitos sociais básicos dos deficientes, e propiciar um meio mais adequado para esses estudantes se desenvolverem.

No entanto, como visto anteriormente, existe carência de material na área da Psicologia dentro desse contexto Universitário, necessitando de mais estudos que auxilie os graduados nessa área.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AUSEC, I. C. O. Atuação do Psicólogo no Atendimento Educacional Especializado. In: **ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PESQUISADORES EM EDUCAÇÃO ESPECIAL**, 7., Londrina, 2011, Anais do VII Encontro da Associação Brasileira de Pesquisadores em Educação Especial. Londrina: Universidade Estadual de Londrina, 2011. p. 39040-3948.

CPF. Código de Ética Profissional do Psicólogo. Conselho Federal de Psicologia online. Brasília, ago. 2005. Acessado em: 06. set. 2019. Disponível em: <https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2012/07/codigo-de-etica-psicologia.pdf>.

MACÊDO, L. S; TORRES, C. R. V. Formação do psicólogo na educação especial: A importância do atendimento psicoterapêutico a pessoas surdas. In: **JORNADA UNIFACS DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA**, 14., Salvador, 2017, Anais da 14^a Jornada UNIFACS de Iniciação Científica. JUIC Universidade Salvador, UNIFACS.

MICHAELIS, Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa. Editora Melhoramentos Ltda. Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/psicologia/>. Acessado em: 07 de set. 2019.

SIERRA, D. B, et al. A educação de pessoas com deficiência intelectual: aprendizagem promove desenvolvimento. **Revista Educação em Questão**, Natal, v. 40, n. 26, p. 128-150, jan./jun. 2011, Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2011.

SILVEIRA, P. S; ZACHARIAS, D. G. Atendimento da Pessoa com Deficiência: Um Desafio para a Psicologia. In: **JORNADA DE PESQUISA EM PSICOLOGIA**, 4., Santa Cruz do Sul, 2011, Anais da IV Jornada de Pesquisa Psicologia, Santa Cruz do Sul.

TOMELIN, K. N.; et al . Educação inclusiva no ensino superior: desafios e experiências de um núcleo de apoio discente e docente. **Rev. psicopedag.**, São Paulo , v. 35, n. 106, p. 94-103, 2018.

UFPEL. Núcleo de Acessibilidade e Inclusão (NAI). Disponível em: <https://wp.ufpel.edu.br/nai/sobre/>. Acessado em: 06 set. 2019.